

Líder tenta acordo com o Pró-Soberania

O presidente Sarney deu sinal verde, ontem, para que o líder do Governo prossiga nas negociações com o grupo Pró-Soberania, o que, na opinião do deputado Carlos Sant'Anna é uma demonstração formal de que o Governo não fechou as portas àqueles que defendem posições independentes da As-

sembleia Nacional Constituinte. O grupo entrega hoje ao líder o texto com as principais alterações que deseja fazer na Constituição em vigor, antes de começar a redação da nova Carta.

Segundo ainda Carlos Sant'Anna, na conversa com Sarney, onde relatou os passos das negociações, nada ouviu contra a soberania da Constituinte ou que ele prefira manter as medidas de emergência. Esta é mais o fim do decreto-lei e do decurso de prazo são as alterações principais pregadas pelo grupo Pró-Soberania, que concluiu a redação de sua proposta ontem, numa reunião na casa do deputado Virgíldasio Sena.

A principal dificuldade nas negociações se concen-

tram na dúvida sobre a reação de alguns partidos quando uma proposta como aquela for colocada em debate, algo impossível de ser evitado. Temendo impasses, Carlos Sant'Anna revelou que vai procurar o PT e o PDT para tentar amarrar um acordo.

Nessas negociações alguns pontos estão acertados, como o recesso da Câmara e do Senado, que só se reunirão em caráter extraordinário para examinar matérias urgentes e relevantes. E que a soberania não fará parte do regimento.

O líder governista informou que o grupo Pró-Soberania já lhe avisou que haverá obstáculos no plenário caso seja impossível concretizar as mudanças que prega. Em contrapartida, aceita negociar formas de exercer ainda que reduzidamente a soberania da Constituinte.

O deputado Maurílio Ferreira Lima, que está à frente do Pró-Soberania, admitiu ontem que o grupo poderá aceitar qualquer negociação com o Governo desde que a idéia de soberania seja preservada.

Nesse contexto, chegariam a aceitar, por exemplo, que a remoção do decurso de prazo fique para depois, como também a questão das prerrogativas parlamentares.

Para ele, a retirada das medidas de emergência da Constituição em vigor não quer dizer que os deputados coloquem em dúvida a garantia do presidente Sarney, de que não as utilizará.

A nova Constituição removerá todo o entulho e nós temos que ter a capacidade de só remover agora o absolutamente indispensável, disse o deputado, certo de que nesse contexto deve entrar logo, o fim do decreto-lei.

Os líderes partidários decidiram, ainda, unir as forças para garantir a convocação do ministro Dilson Funaro ao plenário da Assembleia. Debatendo assuntos não-constitucionais como a crise econômica, o grupo pretende criar um precedente que possibilite, no futuro, a deliberação da Constituinte em torno de dispositivos do atual texto constitucional.